



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO  
FEDERAL -FUNAB  
ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO  
FEDERAL - ESPC**

**ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA  
PÚBLICA, COM ÊNFASE EM FORMAÇÃO DE  
TUTORES, PRECEPTORES E EM PESQUISA PARA O  
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

**INDICADORES CRIMINAIS, SENSAÇÃO DE SEGURANÇA E EFETIVA  
SEGURANÇA – ROUBO X HOMICÍDIO**

**AUTOR: JOÃO LUIZ DANTAS DOS SANTOS  
ORIENTADORA DO IFB: CONCEIÇÃO DE MARIA CARDOSO COSTA  
COORIENTADOR DA ESPC: WALDEK FACHINELLI CAVALCANTE**

**BRASÍLIA/DF**

**2019**



## **INDICADORES CRIMINAIS, SENSAÇÃO DE SEGURANÇA E EFETIVA SEGURANÇA – ROUBO X HOMICÍDIO**

**JOÃO LUIZ DANTAS DOS SANTOS**

**(Autor)**

**CONCEIÇÃO DE MARIA CARDOSO COSTA**

**(Orientadora do IFB)**

**WALDEK FACHINELLI CAVALCANTE**

**(Coorientador da ESPC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência à obtenção do título de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública, com ênfase em formação de tutores, preceptores e em pesquisa para o Distrito Federal e Entorno, ofertado em parceria com o Instituto Federal de Brasília – IFB, a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC.



## Resumo

O presente estudo visa trazer uma reflexão sobre o que se tem feito de pesquisa no Brasil sobre indicadores criminais, notadamente para os crimes de roubo e homicídio. Nota-se uma preponderância de sociólogos à frente dessas pesquisas, em detrimento de profissionais da área de segurança propriamente dita. O foco do trabalho é estudar a forma como se pesquisa índice criminal no Brasil, quais os critérios e quais os tipos penais são valorizados ou desprezados. Para isso, foi aplicado um questionário para coletar de modo empírico as angústias da sociedade em geral quanto à sensação de insegurança e efetiva segurança. O presente estudo visa auxiliar os pesquisadores quanto ao aprofundamento do tema, buscando entender um pouco da carreira policial, bem como quais são as reais preocupações da sociedade quanto à segurança pública, em especial o que diz respeito a sensação de segurança e a efetiva segurança, de modo a indicar as áreas prioritárias para que as pesquisas e análises sejam direcionadas e, com isso, possam subsidiar as políticas de segurança pública propostas pelo o Estado. Pretende-se ainda alertar os técnicos da área de segurança pública sobre a necessidade de engajamento em pesquisas, tendo em vista que quem realiza pesquisa na área médica são médicos e, nessa linha, quem deveria realizar pesquisa na área de segurança deveriam ser os profissionais da área, considerando, claro, que por se tratar de uma área multidisciplinar, não precisaria ser a pesquisa privativa desses profissionais.

**Palavras-chave:** segurança, sensação, efetiva, pesquisa, criminalidade e controle.

## Abstract

The present study aims to bring a reflection on what has been done of research in Brazil on criminal indicators, especially for crimes of robbery and murder. We have noticed the predominance of sociologists in this type of research to the detriment of professionals in the security area. The main aim of this work is to study the way criminal indexes are investigated in Brazil, which criteria and which criminal types are valued or scorned. A questionnaire survey was conducted to empirically collect the anxieties of society in general regarding feelings of insecurity and effective security. The present study aims to assist researchers in the improving of the subject, seeking to understand a little of the police career, as well as what are the real concerns of society regarding public safety, especially what concerns the sense of security and effective security, in order to indicate the priority areas for research and analysis to be directed, subsidizing the public security policies proposed by the State. It is also intended to alert technicians in the area of public safety about the necessity to engage in research, considering that those conducting research in the medical field are doctors. Therefore, who should conduct research in the area of security should be professionals in area. Considering that it's a multidisciplinary area, it shouldn't be private research of these professionals.

**Keywords:** security, sensation, effective, research, criminality and control.



## 1. INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre segurança pública no Brasil são desenvolvidas, em quase sua maioria, por sociólogos, o que não é nenhum problema, pelo contrário, são profissionais que tem um ponto de vista focado, em tese, nos problemas da sociedade em geral. Contudo, ao se pesquisar índice criminal faz-se necessário uma visão mais ampla para além da sociologia em si, envolvendo os olhares da segurança pública, de seus técnicos (Policiais Civis e Militares), pois estes vivem o dia a dia da violência no Brasil e têm muito a contribuir com sua visão técnica e empírica para excelência nas pesquisas.

O anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, em se tratando de pesquisa nacional, praticamente a única base de pesquisa de índices criminais que se tem no Brasil. É bem verdade que este anuário congrega várias fontes de pesquisa, como as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, IBGE dentre outros. Convém aqui destacar também, o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que se junta ao anuário como mais uma fonte, porém somente a partir do ano de 2017, mesmo assim ainda tem como base o anuário. Uma iniciativa, também, nessa área é o monitor da violência do portal de notícias G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - NEV-USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Verifica-se do exposto que o anuário de segurança pública é a grande referência em pesquisa de índices criminais no Brasil, considerando que deste vem a base para as outras fontes de pesquisa na área. Então será dedicada boa parte dos estudos a estes recursos, analisando ano a ano o anuário desde sua criação no ano de 2007, quando foi lançado com o primeiro anuário de segurança pública até o décimo segundo anuário em 2018. Além dos anuários, foi analisado ainda o Atlas da violência do IPEA do ano de 2017.

Segundo o sociólogo Arthur Trindade M. Costa (COSTA, 2018), somente nos últimos 20 anos que se verificou um crescimento significativo dos estudos sobre violência e criminalidade no Brasil.

Sobre os índices criminais a pesquisa ocorre em dois tempos. O primeiro é a coleta de dados e o segundo o tratamento desses dados, para que se chegue às conclusões que serão expostas para a sociedade por pesquisadores diretamente através de suas publicações ou por meio da imprensa em geral.



Os índices de homicídio são os mais explorados, tanto por pesquisadores, quanto pela imprensa, em detrimento de outros crimes que afligem a população em geral tanto quanto ou mais, como por exemplo, o roubo, e outros que atingem populações específicas, a saber, o estupro.

Então talvez o grande desafio resida nas duas etapas da pesquisa. Ora, na coleta de dados não existe um procedimento uniforme adotado pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, já que as 27 Unidades da Federação possuem sistemas próprios e diferentes de registros de ocorrências, que não se comunicam entre si. Mesmo fato ocorre com a Polícia Federal e Rodoviária Federal, o que compromete a qualidade dos dados coletados. Um dado curioso é que quando há um acidente com vítima fatal em rodovia Federal, são confeccionados dois boletins de ocorrência, um da Polícia Rodoviária Federal e outro da Delegacia de Polícia local. Na análise e avaliação dos dados, não se tem ao certo qual preponderância devia ser dado aos crimes de homicídio e roubo, pois se as pesquisas derem mais relevância e trouxerem mais clareza aos crimes causadores de mais sensação de insegurança e aos crimes que causam efetiva insegurança, o objetivo da pesquisa será cumprido fielmente.

As pesquisas, em regra, não justificam os critérios de abordagem, ou seja, por que o homicídio é infinitamente mais discutido que o roubo, se teve aproximadamente 1.700.000 roubos por ano no Brasil e aproximadamente 63.000 homicídios no ano de 2017, e essa proporção se repete nos anos anteriores. Segundo os anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É certo que o anuário de segurança pública realizou um estudo nessa direção com a meta “Atualização do Diagnóstico sobre os processo e procedimentos de produção estatística e análise de informações em segurança pública das Polícias Civis, Militares e Secretárias de Segurança Pública/Defesa Social Estaduais e do distrito Federal”. Em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública à época, desenvolveu já algum avanço na qualidade de pesquisa, estatísticas e análise de dados da segurança pública. Porém, ainda não se chegou a uma uniformidade de coleta de dados em todas as unidades da federação.

Os indicadores sociais levantados em pesquisas científicas são direcionadores e referenciais para a implementação de políticas públicas. Na área da segurança pública não é diferente. A realidade é que não se tem ainda uma base sólida de pesquisa sobre segurança



pública. Cerqueira et al (2005) apud Costa (2018, p. 85) alerta que as estatísticas de criminalidade no Brasil são pouco confiáveis, pois a sistematização e cultura da informação não é prioridade dos gestores públicos. Isso causa incertezas quanto às diretrizes de política de segurança pública a serem adotadas para controle da criminalidade.

Dessa forma, o presente estudo foi realizado com o intuito de trazer a discussão e reflexão sobre pesquisa e dados estatísticos de violência e criminalidade. Será que estamos no caminho certo? O que falta para atingirmos a excelência? A análise de dados condiz com a realidade da preocupação da sociedade sobre os crimes? Roubo ou homicídio? Qual crime deve ser enfrentado com mais profundidade? Sensação de segurança ou efetiva segurança? O que deve ser perseguido?

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

O pesquisador Borges (2011), elaborou um estudo sobre Métodos Estatísticos de Análise Criminal pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e nele traz alguns modelos de planejamento de policiamento dos países a seguir. Austrália, Inglaterra, França e Estados Unidos. Vale destacar as seguintes observações dos respectivos países.

Na Austrália, os pesquisadores traçam um eixo estratégico (Segurança pública) e a partir disso adotam indicadores, que são: número de delitos declarados; taxas de declaração à polícia; taxas de vitimização; o sentimento de insegurança e a preocupação em face da segurança. Este último é um especial indicador, pois não basta apenas a coleta de dados quanto aos números de crimes ocorridos, mas importante se faz buscar dados sobre a sensação de insegurança, pois, somente a congruência dos indicadores criminais com os indicadores de sensação de insegurança é que se pode traçar um bom planejamento de policiamento e controle da criminalidade, como política de segurança pública.

Na França, um eixo estratégico é aperfeiçoar a capacidade operacional das forças empregadas e seus indicadores são: índice de disponibilidade das forças empregadas; taxa de presença policial em vias públicas; correlação entre taxa de presença em via pública e a delinquência constatada por períodos. A importância desses indicadores é a constante relação entre força policial empregada e delitos cometidos, assim, mais uma vez se traça um plano de policiamento não orientado somente por dados estatísticos de índices de criminalidade, mas sim orientado pela busca da efetiva segurança.



Na Inglaterra, o foco dos indicadores gira em torno do cidadão, um dos indicadores interessante é a pesquisa de sondagem a respeito do medo do crime, bem como a satisfação das vítimas de crimes no que diz respeito ao contato com a polícia; ao trabalho conduzido pela polícia; ao tratamento fornecido pelos funcionários da polícia; ao conjunto do serviço prestado pela polícia; e o Percentual das pessoas que pensam que suas polícias fazem um bom trabalho. Mais uma vez, os países mais avançados em segurança pública, estão bem à frente de apenas dados estatísticos criminais como indicadores para formulação de políticas de segurança pública, atuando para alcançar dois objetivos primordiais, elevada sensação de segurança e efetiva segurança.

Nos Estados Unidos, há vários indicadores, mas pode-se destacar a preocupação em reduzir o crime e o medo, bem como uma intensa preocupação com a satisfação da população e o tempo de respostas na elucidação dos crimes cometidos.

Comparando-se os países acima citados com o Brasil, percebe-se uma diferença de política de segurança pública, é que não está bem definida, no Brasil, a questão da efetiva segurança. Observe-se que nos Estados Unidos se prioriza a redução do crime (efetiva segurança) e do medo (sensação de segurança). No Brasil, claramente a discussão gira em torno da sensação de segurança.

No Brasil, há a implementação do sistema de indicadores desempenho de segurança pública, tem como base onze fontes, a saber: Polícia Militar; •Polícia Civil •Guarda Municipal; •Corpo de Bombeiro; •Ministério Público; •Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – DATASUS/MJ; •Sistema de Autorização de Internações Hospitalares (SAIH); •Seguradoras; •Pesquisas de Vitimização; •Pesquisas de Opinião; • Secretaria Nacional de Segurança Pública -SENASP. Daí a grande problemática estabelecida, o grande número de fontes, demonstrando a dificuldade em se fixar uma uniformidade nos dados estatísticos.

O trabalho dos pesquisadores Dufloth e Silva (2008), apresentado no Encontro de Administração Pública e Governança em 2008, com o título “Indicadores de Segurança Pública para a Gestão de Políticas Públicas”, apresenta um panorama dos indicadores de segurança pública no plano internacional, capitaneado pela Organização das Nações Unidas-ONU e seus órgãos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD utiliza os indicadores de segurança pública para programas vinculados à segurança e justiça,



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC são outros órgãos das Nações Unidas que exploram os indicadores de segurança pública para nortear seus programas. Mas este último, o UNODC é o que realmente se destaca apresentando indicador mais extenso, mais profundo e mais generalizado sobre índices criminais. Podemos até concluir que as bases de indicadores do anuário de segurança pública são influenciadas pelos indicadores do relatório UNODC 2005. Este trabalho, também, alerta para a necessidade de melhoria na qualidade dos indicadores de segurança pública, e por consequência melhoria das políticas públicas de combate à criminalidade.

Indicador social é um “instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para formulação e reformulação de políticas públicas”, (JANNUZZI, 2001, P.15). Com este conceito verificamos a intrínseca ligação entre indicadores sociais e políticas públicas. Aqueles não teriam razões para existir sem estas, ou seja, os indicadores sociais existem para direcionar as políticas públicas.

Ainda temos muita literatura sobre qualidade de pesquisa em termos gerais, porém, quando o tema é segurança pública, fica mais restrita a bibliografia. Temos ainda como referencial teórico os anuários de segurança pública e o Atlas da violência do IPEA.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo, em termos de metodologia, foi baseado e amparado em pesquisa bibliográfica, envolvendo dados estatísticos e avaliação de indicadores sociais aplicáveis na área da segurança pública. Além disso, foi aplicado um questionário, com questões fechadas de sim ou não, na busca da percepção do que seria para a população em geral sensação de insegurança e efetiva segurança, principalmente no que tange aos tipos penais de homicídio e roubo. O questionário foi respondido por 378 pessoas com escolhas aleatórias, sem ser direcionado para categorias profissionais, classes sócias, agremiações políticas e sem distinção de sexo e idade.

Foram analisados os anuários de segurança pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2007 a 2018), bem como o Atlas da Violência do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA .





## **4. RESULTADOS**

### **4.1. Os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, Atlas da Violência do IPEA e a Pesquisa no Brasil**

Não há, no Brasil, um procedimento padronizado em todas as Unidades da Federação para levantamento e classificação de dados estatísticos de homicídios. Isso causa uma incerteza quanto aos dados levantados, tanto para o confronto de dados entre as unidades da Federação, quanto para comparar o Brasil frente ao resto do mundo no que tange à violência e índices de criminalidade.

Apesar de existir o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP, órgão do Governo Federal, vinculado, hoje, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, os anuários de segurança pública do FBSP, ainda é a grande referência em dados estatísticos sobre violência no Brasil.

Seguindo o protocolo de Bogotá, Conferência sobre qualidade de dados de homicídio na América Latina e Caribe realizada na Cidade de Bogotá/Colômbia no ano de 2015, o anuário acata a definição de homicídio do protocolo, considerando homicídio como a morte de uma pessoa causada por agressão intencional de outra, excluindo daí os homicídios não intencionais, acidentais e os homicídios na forma tentada.

O protocolo de Bogotá, também, sugere o confronto de fontes diversas, a saber, os registros criminais frente às certidões de óbito, admitindo uma discrepância de até 20%.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou em sua pesquisa no primeiro anuário em 2007, o quantitativo de 48.219 mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil, sendo que no último anuário publicado em 2018, esse índice alcança a marca de 63.895, um aumento de mais de 15.000 mortes em 12 anos. Independente de agremiação ou convicção política, convém lembrar que todos estes anos o país ficou submetido a políticas de segurança pública de governo de esquerda. Assim, é de grande relevância a importância que as pesquisas direcionam para o crime de homicídio. Entretanto, não se pode deixar de notar a relevância

dos índices de roubo que afligem a nossa sociedade. Analisando os dois últimos anos temos os seguintes dados para homicídio e roubo.

Tabela 1 – Homicídios e roubo em números.

HOMICÍDIOS		ROUBOS	
2016	61.619	2016	1.761.799
2017	63.895	2017	1.703.872

Fonte: Anuário de Segurança Pública (2017/2018)

Com os números acima, percebe-se que ocorrem quase trinta roubos para cada homicídio, sem considerar as cifras ocultas ou subnotificação do roubo. Não podemos desprezar a natureza e gravidade do homicídio por tocar o bem maior que é a vida, por romper laços familiares definitivos. Contudo, não se pode voltar todas as atenções para o homicídio, sendo que o roubo atormenta a população em geral diuturnamente, até por que, é por temer por sua integridade física e risco de vida, que o roubo tanto atormenta a população, sendo um grande vetor de sensação de insegurança e concorrendo fortemente com o homicídio. Porém não é nessa perspectiva que a sociedade, em especial, a imprensa e os pesquisadores discutem a segurança pública no Brasil. Quando os números do anuário de segurança pública são divulgados, a grande discussão gira em torno dos números de homicídios, o que tem sua relevância incontestável, mas como os indicadores servem para a formulação de políticas públicas, como bem ensina Jannuzzi (2001), anteriormente citado, se faz necessário a abertura da discussão para que o crime de roubo tenha a sua relevância como indicador social, para que ele seja vetor de políticas públicas de combate a criminalidade no que tange a diminuição da sensação de insegurança e elevação de efetiva segurança.

#### 4.2. Análise dos Questionários

Os questionários aplicados buscaram avaliar a percepção da sociedade quanto à sensação de insegurança e efetiva segurança, e quanto à percepção da importância dos crimes de homicídio e roubo no que concerne a seus dados como indicadores sociais para implementação de políticas públicas de combate à criminalidade.

O questionário foi confeccionado e enviado para diversos grupos de pessoas, por meio de redes sócias, entre os dias 10 e 14 de abril de 2019, envolvendo vários Estados da Federação e o Distrito Federal, sendo neste último a maior concentração de respondentes. Foi tomado o

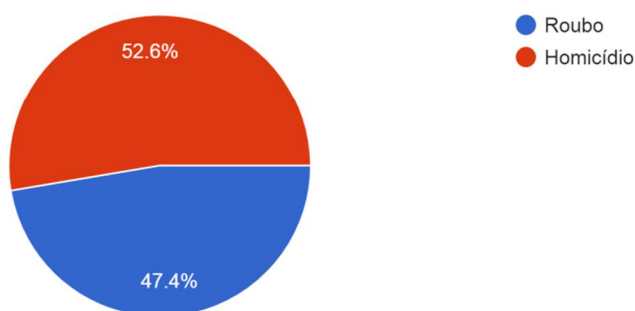
cuidado criterioso de não se enviar o questionário para classes ou grupos específicos, tais como de policiais, de professores e de agremiações políticas. Foram obtidas 378 (trezentos e setenta e oito) respostas.

A pergunta que versa sobre sensação de insegurança, nos dá resposta de que a população se divide entre homicídio e roubo, como vetores que produzem insegurança, no gráfico abaixo, resultado da pesquisa, é possível observar que a diferença é pequena em relação aos dois tipos penais, revelando, não que o roubo ou o homicídio, um ou outro, produz maior sensação de insegurança, mas que os dois tipos penais concorrem entre si. Assim, verifica-se, por consequência, que os indicadores demonstram que as políticas públicas devem continuar a se preocupar com os alarmantes índices de homicídios, porém, acrescentando diretrizes voltadas ao roubo.

Figura 1 – Pergunta 01.

Você se sente mais inseguro, quando aumenta o número de ...

378 respostas



Sobre a efetiva segurança, observa-se que as pessoas acham mais provável de serem assaltadas do que assassinadas, isso por que o roubo é um fenômeno mais palpável, ou seja, mais do cotidiano das pessoas, apesar de o homicídio chocar mais a sociedade, e de concorrer com o roubo no que diz respeito à sensação de insegurança.

Nota-se que o roubo se faz mais presente no dia a dia das pessoas. O resultado da pesquisa, quase que unânime, 92,1 % dos pesquisados acham mais provável ser assaltado (roubo) do que ser assassinado (homicídio), apontando na direção dos números anuais, ou seja, dados do ano de 2017, mais de 1.700.00 roubos no Brasil. Aqui não se trata de medo de ser assaltado, mas sim de probabilidade, logo as pessoas sentem a sua segurança efetivamente comprometida, quando se fala em roubo.

Figura 2 – Pergunta 02.

Você acha mais provável ser :

378 responses

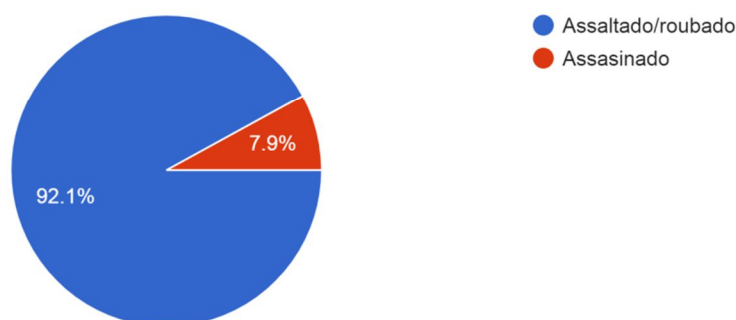
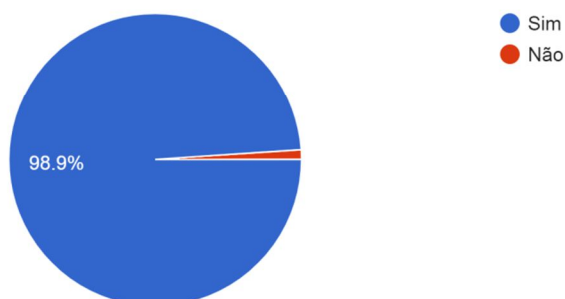


Figura 3 – Pergunta 03.

Você conhece alguém que já foi assaltado ou roubado ?

378 responses



Mais da metade dos pesquisados, 53,7 %, responderam que alguém próximo já foi assassinado. Contudo, 98,9 % dos pesquisados, quase a totalidade, respondeu que conhece alguém que já foi roubado, evidenciando, o que já se imaginava: o roubo também é um grande vetor da sensação de insegurança, concorrendo com o homicídio. Percebe-se que o homicídio pode até chocar, impactar, preocupar mais as pessoas, e gerar mais sensação de insegurança, porém, o roubo aponta para a falta de efetiva segurança. Até por que, o homicídio em sua grande maioria tem motivação própria e específica, mas o roubo não, ele é de motivação mais genérica, basta a pessoa ter potencial patrimônio, para ser potencial vítima. Em regra, salvo alguns episódios que não correspondem à rotina, nem à regra geral dos crimes de homicídios

no Brasil, o criminoso não sai de casa para matar, qualquer pessoa que encontre pela frente, mas um criminoso sai sim, de casa para roubar, qualquer um, basta apenas a oportunidade.

Diante disso, pode-se afirmar que o alto índice de roubos concorre diretamente para diminuir a efetiva segurança do cidadão. Por outro lado, o alto índice de homicídio concorre diretamente para aumentar a sensação de insegurança.

Figura 4 – Pergunta 04.

Alguém do seu convívio já foi assassinado ?

378 responses

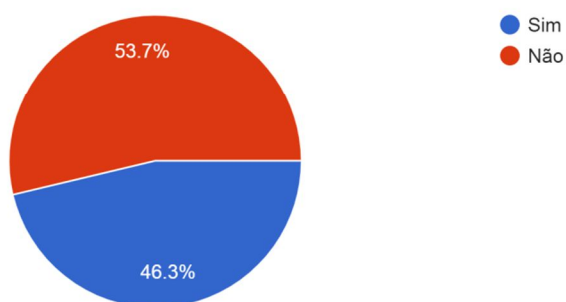


Figura 5 – Pergunta 05.

Qual crime causa mais impacto (choca) à sociedade?

378 responses

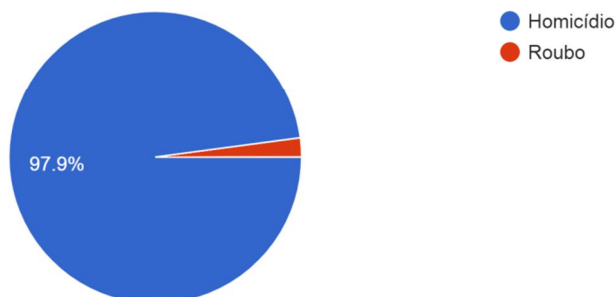
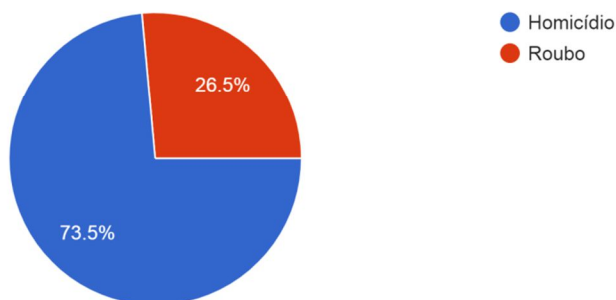


Figura 6 – Pergunta 06.

Qual crime causa mais preocupação ao cidadão?

378 responses



Assim, as políticas públicas de controle da criminalidade direcionadas a aumentar a sensação de segurança são ações em curto prazo, imediatas, emergenciais e superficiais, para dar resposta a sociedade aos altos índices de criminalidade, fazendo com que o gestor público seja bem visto, resposta política. Por outro lado, as políticas públicas de controle da criminalidade direcionadas a aumentar a efetiva segurança são ações a longo prazo, atacam a raiz do problema e se destinam a diminuir efetivamente a criminalidade e não somente levar ao cidadão sensação de segurança, resposta eficaz.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, pode-se constatar a grande dificuldade na coleta dos dados da violência no Brasil, traduzindo isso em fragilidade e incerteza quanto à qualidade de dados coletados. Considerando que as políticas de segurança pública desenvolvidas pelo Estado



Brasileiro, deveria se pautar em estudos científicos e dados estatísticos que revelassem a real situação da violência no Brasil. Percebe-se que a política de segurança pública é improvisada, a exemplo a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e a Força Nacional de Segurança, que se apresenta como um verdadeiro “apaga fogo da segurança pública nacional”. Tanto a intervenção federal, quanto a Força Nacional de Segurança se apresentam como soluções provisórias para problemas permanentes.

Do exposto, extrai-se que o Brasil, por não ter uma boa qualidade na coleta de dados, compromete o desenvolvimento, elaboração e execução das políticas de segurança pública de controle da criminalidade de maneira efetiva, eficiente e de forma duradoura. Assim, mais uma vez, verifica-se que as políticas públicas de controle à criminalidade, no Brasil, são direcionadas à sensação de segurança.

Um estudo feito pela Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes - CESeC com o título “Base Nacional de Estatísticas Criminais – Análise e Avaliação” (2003), revela que a construção de uma base nacional de dados a partir dos sistemas de ocorrências policiais de todas as unidades da Federação é um projeto complexo e de difícil conclusão. Para ilustrar as dificuldades, observe-se que nos Estados Unidos o sistema norte-americano dos UCR (*Uniform Crime Reports*), foi criado em 1929, até o ano de 2003 não contava com a adesão de todos os Estados que compõe aquela Federação. A Base Nacional de Estatísticas Criminais começou a ser desenvolvida pelo SENASP em 1999. Uma medida de suma importância e talvez bem menos complexa e que contribuiria substancialmente para a qualidade na coleta de dados estatísticos criminais, seria a uniformização dos sistemas de ocorrências de todas as unidades da Federação, tendo como gestor o Ministério da Justiça onde concentrariam de forma homogênea as informações de todas as unidades da Federação sobre ocorrências criminais, elevando, assim a qualidade na coleta desses dados.

Os indicadores sociais devem ser observados pelo Estado Brasileiro, pelas instituições de segurança pública, pela imprensa e pelas instituições de direitos humanos, para que o Estado defina novas e avançadas políticas públicas, as instituições policiais, imprensa e direitos humanos se comportem com a nova mentalidade da sociedade, revelada por indicadores sociais. Então, quanto mais criteriosa for a pesquisa, melhores serão os dados revelados em indicadores sociais, e por consequência, melhores políticas públicas de controle da criminalidade serão desenvolvidas.



Revisando as políticas de combate à criminalidade da Austrália, França, Inglaterra e Estados Unidos, percebe-se que estes países estabelecem, em suas pesquisas, referenciais da polícia com o crime e da polícia com o cidadão. No Brasil, nota-se que as políticas públicas estão relacionadas apenas no referencial polícia x crime, não se observando que o cidadão é o destinatário final de toda e qualquer política pública, inclusive a de segurança.

Os estudos demonstram que o homicídio, por causar mais impacto à sociedade traz muito mais sensação de insegurança do que o roubo. Verifica-se que 97,9 % responderam que o homicídio causa mais impacto a sociedade que o roubo, já 73,5 % respondeu que o homicídio causa mais preocupação que o roubo. Com isso, percebe-se que o homicídio, disparadamente é causa de aumento de sensação de insegurança frente ao roubo.

Por outro lado, foi demonstrado que o roubo, por ser um crime mais rotineiro e palpável, desperta necessidade de efetiva segurança. Note-se 98,9 % responderam que conhece alguém que já foi assaltado e 92,1 % acha mais provável ser assaltado que assassinado.

Sensação de segurança e efetiva segurança, a primeira vista podem parecer termos excludentes, mas numa avaliação mais profunda percebe-se que eles convivem harmoniosamente, considerando que o cidadão precisa sentir-se psicologicamente seguro, que os seus temores, quanto a sua segurança, (sensação de insegurança) são observados e combatidos pelo Estado, bem como também são combatidas as possibilidades concretas e reais de afronta a sua segurança (efetiva segurança).

Logo pode-se construir o seguinte raciocínio. Políticas públicas de controle da criminalidade se faz com ações imediatas e a longo prazo. Essas ações devem se voltar para levar ao cidadão a sensação de segurança e a efetiva segurança.





## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública Edição Especial 2018. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-edicao-especial-2018-analises-dos-estados-e-faccoes-prisionais/>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

Atlas da Violência 2017. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2017/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Atlas da Violência. **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Base Nacional de Estatísticas Criminais. **CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA**. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/projeto/base-nacional-de-estatisticas-criminais-analise-e-proposta/>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BORGES, D. Métodos Estatísticos de Análise Criminal. **CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA**. Abr. 2011. Disponível em: <[https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/08/1449192145\\_magicfields\\_arquivo\\_1\\_1.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/08/1449192145_magicfields_arquivo_1_1.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2019.

COSTA, A.T.M.; LIMA, R.S. Estatísticas Oficiais, Violência e Crime no Brasil, BIB, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 81-106.

Criminalidade nos EUA Chega a Nível Mais Baixo em 20 Anos; Conheça 10 Teorias. **BBC NEWS BRASIL**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110622\\_eua\\_criminalidade\\_mm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110622_eua_criminalidade_mm)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

DUFLOTH, S. C.; SILVA, A. L. L. Indicadores de Segurança Pública para a Gestão de Políticas Públicas: análise dos atributos de qualidade dos indicadores propostos nas perspectivas de organizações internacionais, do governo federal e de governos estaduais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Salvador.

JANNUZZI, P de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP. Editora Aliena, 2001.

LIMA, R. S.; BUENO, S. O buraco negro da informação em segurança pública no Brasil. **G1**. 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/o-buraco-negro-da-informacao-em-seguranca-publica-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

MORAES, R. F. M. O Debate em Torno do “Auto de Resistência”: Morte Decorrente de Intervenção Policial. Abr. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24119/o-debate>>



em-torno-do-auto-de-resistencia-morte-decorrente-de-intervencao-policial>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Pesquisa e Análise de Dados Vinculados ao Campo da Segurança Pública e Sistema Penitenciário. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 12 jul. 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP\\_diagnostico\\_producao\\_informacoes\\_seguranca\\_publica\\_2016.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_diagnostico_producao_informacoes_seguranca_publica_2016.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2019.

1º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/1o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

2º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/2o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

3º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/3o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

4º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/4o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

5º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/5o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

6º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/6o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/7o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

Protocolo de Bogotá Sobre a Qualidade dos Dados de Homicídio na América Latina e o Caribe. **HOMICIDIOS EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**. 07 set. 2015. Disponível



em: <[http://conferenciahomicidiosbogota2015.org/wp-content/uploads/2015/11/Calidad-de-datos-entregable-PORTUGUES\\_SOLO\\_TXT.pdf](http://conferenciahomicidiosbogota2015.org/wp-content/uploads/2015/11/Calidad-de-datos-entregable-PORTUGUES_SOLO_TXT.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Ouvidorias de Polícia e Redução da Letalidade em Ações Policiais no Brasil. **NÚCLEO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**. Disponível em: <<http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/04/Metodologia-para-monitoramento-letalidade.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

VIALI, L. Elaborando um Questionário. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/ciencias/viali/mestrado/mqp/material/laminas/Educem\\_4.pdf](http://www.pucrs.br/ciencias/viali/mestrado/mqp/material/laminas/Educem_4.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2019.